



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

REQUERIMENTO Nº _____

Requerimento de Comissão

Senhor Presidente,

469/2017

Requer-se a esta Comissão, nos termos do art. 48, caput, II e §3º do Regimento Interno seja realizada visita técnica no dia 16/05/2017 no lote atrás do Posto de Saúde Califórnia, localizado na Avenida das Castanholas 277, Bairro Califórnia às 15:30h.

A realização desta visita se justifica pela necessidade de acompanhamento da obra de canalização inacabada no lote atrás do Posto de saúde. Tal intercorrência vem acarretando grande impacto ambiental por causa de esgotos clandestinamente desviados alagando grande área, além de lixo e mato que estão se acumulando no local.

Na expectativa de evidenciar essa dificuldade, provocando o Poder Executivo a tomar medidas urgentes a esse respeito, solicito aprovação da visita.

Requer acompanhamento da Consultoria da área.

Requer ainda sejam convidados as seguintes autoridades:

- Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
(smma@pbh.gov.br; mario.werneck@pbh.gov.br)

- Representante da Gerência Regional de Limpeza Urbana:
(gerlup@pbh.gov.br)

- Representante da SUDECAP(sylvio@pbh.gov.br; edna.apereira@pbh.gov.br)

- Saulo de Souza Queiroz- Coordenadora de Administração Regional Municipal- Noroeste (sarmuno@pbh.gov.br)

- Genedempsy Bicalho Cruz- Superintendente de Limpeza Urbana
(gbicalho@pbh.gov.br)

- Osvaldo do Carmo Machado – Gerência Regional de Limpeza Urbana
(gerlup@pbh.gov.br)

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017

Rafael Martins

Vereador

Ao Senhor
Rafael Martins
Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em 28/04/2017
6-500
Responsável pela distribuição

CDS-Diret. Legislativa-28-Abr-2017-16:23-002335-01



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO - PROJETO DE LEI 222/2013 COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA

VOTO DO RELATOR

Conforme determina o artigo 52, IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, dentre as competências da comissão de meio ambiente e política urbana é emitir parecer de projetos de lei sobre matéria referente a meio ambiente e política urbana, direito ambiental, política de preservação, proteção e recuperação ambiental e programa de educação ambiental, código de postura do município.

RELATÓRIO

O presente parecer é sobre o projeto de lei 222/2013 de autoria do Vereador Preto que “Dispõe sobre a construção de garagens abertas ao público”.

A folha de número 05 do projeto, apresenta a justificativa do autor. O projeto de lei foi instruído com a legislação correlatada (folhas 06 à 21), e na folha 24, encaminhamentos para as comissões de Legislação e Justiça, Meio Ambiente e Política Urbana, Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

O vereador Autair Gomes foi designado como relator na Comissão de Legislação e Justiça (Folha 26). Esta mesma Comissão emitiu parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do projeto (folhas 27 a 29).

O projeto foi remetido à Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana para a devida emissão de parecer (folha 30), conforme o art. 52, inciso IV, letra d e h do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei tem como objetivo atualizar a regulamentação de garagens abertas ao público – edifício–garagem ou estacionamento coberto ou aberto, em lote livre.

O mencionado projeto visa uma melhor otimização do espaço, propiciando um

Câmara Municipal de Belo Horizonte
Av. Dos Andradas, 3100 – Santa Efigênia – BH/MG – 30260-900
Gabinete B-316 Telefone: 3555-1330

PROJ. DE LEI Nº 222/2013 - LEGISLATIVA - 29-Abr-2017-10:43-00327-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

maior número de vagas disponíveis para os veículos, viabilizando um melhor acesso da população que utiliza desse serviço. Também está descrito no projeto que deverão ser asseguradas as medidas de segurança que protegem o consumidor e seu veículo, tais como: muro, sinalização e iluminação. O mesmo garante também, a observância da legislação que trata das edificações, de parcelamento, ocupação e uso do solo urbano, bem como a garantia de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, dentro dos parâmetros estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Vale ressaltar que o projeto propõe em seu artigo 5º inciso I, que a garagem aberta ao público do tipo estacionamento em lote deve ter área mínima de 400 m², em dissonância com o disposto no atual Código de Postura que estabelece 360 m². Visando, portanto, a consonância o PL 222/2013 com o Código de Posturas Municipais, apresento a emenda, em anexo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendo pela aprovação do Projeto de lei nº 222/2013 com apresentação de emenda, no 1º turno.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017.

Edmar Branco
Vereador do PTdoB



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

EMENDA Nº _____ AO PROJETO DE LEI Nº 222/2013

Dê-se a seguinte redação ao inciso I do art. 5, proposto pelo Projeto de Lei nº 222/2013:

“Art. 5 - [...]

I – área mínima total de 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Belo Horizonte, 27 de Abril de 2017


Edmar Branco
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI N.º 32/2017

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado, a esta Casa Legislativa Municipal, o Projeto de Lei n.º 32/2017, que "Dispõe sobre a cobrança de estacionamento de veículos nos shoppings centers e hipermercados para consumidores desses estabelecimentos.", de autoria do nobre Vereador Léo Burguês de Castro.

A Comissão de Legislação e Justiça, instada a se pronunciar, emitiu parecer pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n.º 32/2017.

Remetido, o projeto de lei em comento, para a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana a fim de que fosse emitido parecer pela sua aprovação ou rejeição nos termos regimentais, e tendo sido designado relator da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana passo a fundamentar o parecer nos termos a seguir delineados.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme distribuição do Projeto, cabe à Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana analisar o projeto do ponto de vista do Código de Posturas Municipais. É o que se passa a fazer, pelos fundamentos a seguir expendidos.

O Código de Posturas Municipais regula o uso da propriedade quando este afetar o interesse público. O uso da propriedade afeta os interesses públicos quando interfere no mo Direito do Consumidor.

O Projeto de Lei n.º 32/2017 visa alterar o artigo 1º, §2º, da Lei 10.994/2016, dispensando o pagamento do estacionamento dos shoppings centers e hipermercados, desde que seja comprovado, através de notas fiscais, pelos consumidores a despesa no



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

valor mínimo de "R\$50,00 (cinquenta reais), e tem por Objeto o estímulo ao consumo nos shoppings centers e hipermercados, aumentando o faturamento dos estabelecimentos comerciais.

Diante dessas considerações, sou pela aprovação do Projeto de Lei nº 32/2017 é medida que se coaduna perfeitamente com a Legislação Vigente, constituindo-se em medida justa e necessária a assegurar o desenvolvimento do município de Belo Horizonte.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, dou o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº. 32/2017.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2017.


VEREADOR EDUARDO DA AMBULÂNCIA

RELATOR



Parecer em 1º turno ao Projeto de Lei n.º 33/2017
Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

Relatório

Trata-se o presente de Projeto de Lei 33/2017 que *"Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos varejistas que vendam alimentos embalados a disponibilizarem balança para conferência do peso pelos consumidores, e dá outras providências"*.

Em 14/03/2017 foi aprovado o parecer da Comissão de Legislação e Justiça que opinou pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade.

Na comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, o relator Pedro Patrus apresentou parecer e emenda (fls18-20). O parecer foi rejeitado e nomeado novo relator que opinou pela rejeição do projeto (fls. 21-22).

Nos termos do art.80 do Regimento Interno fui designado relator pelo Presidente da comissão. Nessa qualidade, passo a fundamentação e voto.

Cumpre-nos esclarecer que neste momento a análise deve limitar -se aos aspectos de competência desta comissão permanente notadamente ao inciso IV, alínea , "h" do art. 52 do Regimento Interno.

Em apertada síntese é o relatório.

Fundamentação

Salientamos que o projeto insere-se no âmbito do poder de polícia administrativa do Município, definido por Maria Sylvia Zanella Di Pietro como "a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público. Esse interesse público diz respeito aos mais variados

PROJ. DE LEI Nº 33/2017 - 15-26-00229-001



setores da sociedade, tais como segurança, moral, saúde, meio ambiente, defesa do consumidor, patrimônio cultural, propriedade”. (In “Direito Administrativo”, Ed. Atlas, 1990, pág. 88)

O Código de Posturas contém as posturas destinadas a promover a harmonia e o equilíbrio no espaço urbano por meio do disciplinamento dos comportamentos, das condutas e dos procedimentos dos cidadãos no Município de Belo Horizonte.

Essas posturas estão reguladas no art. 2º, vejamos:

“I - as operações de construção, conservação e manutenção e o uso do logradouro público;

II - as operações de construção, conservação e manutenção e o uso da propriedade pública ou particular, quando tais operações e uso afetarem o interesse público;

III - o uso do espaço aéreo e do subsolo.”

Relevante também citar o art. 5º :

*“As operações de construção, conservação e manutenção e o uso da propriedade pública ou particular **afetarão o interesse público quando interferirem em direito do consumidor** ou em questão ambiental, sanitária, de segurança, de trânsito, estética ou cultural do Município.” (g.n)*

Clientes de mercados em geral não tem o costume de pesar mercadorias pré-embaladas, ocasionando abuso por parte do comércio que acaba sobrepondo o peso original para obter lucros. Com uma balança visível e disponível para que os clientes possam aferir o peso real do produto, este tipo de ação, lesiva ao consumidor, pode ser inibida.

A maioria dos produtos consumidos pela população são previamente medidos e de fácil conferência. No entanto, infelizmente, diversos produtos colocados à



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

disposição para o consumo não respeitam a indicação do peso conforme sua rotulagem.

O Código de Defesa do Consumidor prima pela veracidade da informação, bem como pelo amplo acesso a ela, de modo que o projeto que apresentamos visa a diminuir a vulnerabilidade dos consumidores.

Considerando a relevância do assunto abordado bem como o reflexo direto do direito do consumidor no interesse público, manifestamos favoravelmente ao projeto, com apresentação de emendas.

A primeira emenda visa adequar os termos utilizados no § 2º do art.1º ao utilizado no art. 2º.

As demais emendas visam adequar as penalidades do Projeto Lei àquelas estabelecidas na Lei Federal 8.078/1990.

Conclusão

Por todo exposto, manifesto pela aprovação do Projeto com apresentação de emendas.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2017.

Rafael Martins

Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

EMENDA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 33/2017

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 1º do Projeto de Lei nº 33/2017:

“§2º A central de apoio às reclamações dos consumidores localizado no estabelecimento deverá receber e conferir eventuais reclamações sobre a alteração do peso dos alimentos”

Belo Horizonte, 19 de abril de 2017.

Rafael Martins

Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

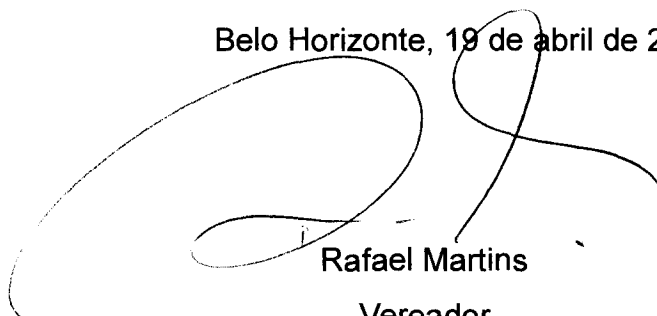
EMENDA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 33/2017

Dê-se a seguinte redação ao art.3º, *caput* do Projeto de Lei nº 33/2017:

“Art. 3º – O não cumprimento ao disposto nesta lei acarretará a aplicação de pena de multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) aos infratores, de acordo com o órgão de defesa do consumidor competente, dobrada em caso de reincidência, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei Federal 8.078/1990.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2017.



Rafael Martins

Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

EMENDA Nº AO PROJETO DE LEI Nº 33/2017

Suprima-se do Projeto de Lei nº 33/2017 o art. 4º, renumerando-se os artigos subsequentes.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2017.

Rafael Martins

Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLITICA URBANA

PARECER DO PROJETO DE LEI 96/2017

VOTO DO RELATOR

VEREADOR JULIANO LOPES

RELATÓRIO

Erro material. Leia-se:
Parecer em 1º Turno -
sobre o Projeto de Lei 96/17
HVL (284)

O Projeto de Lei nº 96/2017 de autoria do vereador Preto, dispõe sobre a proibição do plantio de árvore no Município nos casos especificados no projeto em Belo Horizonte.

Na função de relator designado pela matéria, segue a fundamentação, parecer e voto, no que compete a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, art. 52, IV, "a", "d", e "h" do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Anteriormente, o presente projeto em epígrafe veio a ser apreciado pelas comissões: Comissão de Legislação e Justiça onde obteve o parecer favorável, e posteriormente na Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, onde obteve em apreciação o parecer por sua rejeição, pelo exposto venho por meio deste realizar outro parecer advindo do mesmo projeto.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em epígrafe vem a dispor sobre a proibição de arvoré no Município nos casos específicos em Belo Horizonte, sendo assim, enalteço a iniciativa do nobre vereador Preto, que foi muito coerente ao que se trata da matéria em objeto.

Sabemos nos dias atuais, a importância do plantio de árvores, em decorrência do da globalização de alguns setores do ramo de construção, e cada vez mais a cidade vem perdendo a natureza, e seu "espaço verde".

Hoje, alguns cidadãos, estão passando por situações críticas, pois as árvores plantadas de forma inconsequente, vem causando transtornos pois ao acionar a administração para tomar providências quanto a poda de árvore, a administração



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

não vem dando assistência e caso por perigo eminente de dano o cidadão vem a podar tal árvore, caracteriza crime ambiental, posto isso, fica defasada a postura municipal, e colocando regras para que esse plantio seja de forma consciente e não inconsequente, evitando assim, um possível dano.

Temos que enfatizar que, não causará nenhum dano ao município no que tange o aspecto ecológico, e sim, ajudará o desenvolvimento urbanístico, pois essa conscientização, poderá assim, fomentar o plantio de arvores de menor porte.

Em suma, no que toca a Comissão de Meio Ambiente, não vejo nenhuma obstrução quanto a matéria em relação ao que vem a competência da comissão.

CONCLUSÃO

Posto exposto, proloco parecer favorável ao PL 96/2017.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017.

Vereador **Juliano Lopes**
CM: 10189
Juliano Lopes
Vereador
PTC



COMISSÃO PERMANENTE DE MEIO AMBIENTE E POLITICA URBANA

PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 108/2017

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

De autoria do Vereador Pedro Bueno, o projeto de lei 108/2017 que **“Dispõe sobre a criação do programa “MEU BAIRRO BEM CUIDADO” e dá outras providências.”**, vem a esta comissão para emissão de parecer.

Designado Relator para a matéria, passo a fundamentação de parecer, nos termos do art. 52, IV, "f" e "h", do Regimento Interno.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em apreço institui no Município de Belo Horizonte o programa “meu bairro bem cuidado”, que diz respeito a ênfase nas ações coletivas e preventivas na promoção da saúde e da qualidade de vida, com foco na limpeza dos quintais, terrenos baldios com o recolhimento de lixo, pneus, latas, plásticos e outros objetos ou recipientes e inservíveis em geral que possam acumular água, manutenção das vias públicas – execução de serviços de tapa buracos nas vias pavimentadas e patrolamento, cascalhamento e compactação das ruas não pavimentadas; entre outras.

Limpeza e manutenção das vias públicas é fundamental para a boa qualidade de vida da população. Especialmente nos grandes centros urbanos, com o constante trânsito das pessoas dos mais diversos lugares, ou mesmo em locais carentes de saneamento, a higiene é um ponto crucial no equilíbrio das condições sanitárias. Por isso, é atribuição do Estado conscientizar e cuidar bem do ambiente em que vivemos.

Através do presente projeto o Município vai se manter mais limpo e funcional, além de contribuir para a diminuição de diversas doenças causadas pela negligência na limpeza urbana.

Assim, do ponto de vista de análise desta Comissão, não há qualquer óbice a aprovação do projeto, sendo ele, na verdade, de suma importância para melhor aproveitamento da Política Urbana municipal.



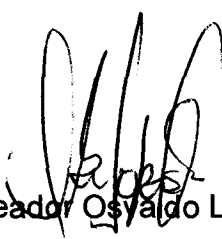
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

CONCLUSÃO

Diante disso, concluo este parecer pela aprovação do projeto de lei nº108/2017.

Belo Horizonte, 28 de Abril de 2017


Vereador Osvaldo Lopes



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 129/2017

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA

Proponho seja o Projeto de Lei nº 129/2017, de autoria do Vereador Jair de Gregório, baixado em diligência junto a Secretaria Municipal de Regulação Urbana com o objetivo de obter os seguintes esclarecimentos:

- 1 – O exercício de atividades em logradouro público, conforme proposto pelo projeto, contrária as disposições do Código de Posturas? Caso positivo, de que forma?
- 2 – O projeto encontra-se em consonância com a legislação ambiental vigente?

Belo Horizonte, 19 de abril de 2017

Vereador
Eduardo da Ambulância

CMH-Diret. Legislativa-26-Abr-2017-17:56-00225-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

COMISSÃO PERMANENTE DE MEIO AMBIENTE E POLITICA URBANA

PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 157/2017

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

De autoria do Vereador Irlan Melo, o projeto de lei 157/2017 que “**Altera a Lei nº 7166/96, que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município.**”, vem a esta comissão para emissão de parecer.

Designado Relator para a matéria, passo a fundamentação de parecer, nos termos do art. 52, IV, "f" e "h", do Regimento Interno.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em apreço altera o §2º do art. 14 da Lei nº 7166/96 que diz respeito a concessão da isenção da Outorga Onerosa do Direito de Construir, bem como a utilização de quaisquer parâmetros urbanísticos excepcionais.

A Outorga Onerosa do Direito de Construir, também conhecida como “solo criado”, refere-se à concessão emitida pelo Município para que o proprietário de um imóvel edifique acima do limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário.

Atualmente, a concessão da isenção da Outorga Onerosa do Direito de Construir, bem como a utilização de quaisquer parâmetros urbanísticos excepcionais ficam condicionadas à manutenção do funcionamento da atividade, na respectiva edificação, pelo prazo mínimo de 50 anos a contar da data de emissão.

O projeto em questão pretende passar tal prazo mínimo para 20 anos, e contribuirá para melhor atendimento das demandas do município além de trazer maior eficiência na Política Urbana municipal, possibilitando a execução de obras que não sucatearão a cidade e proporcionarão a preservação ambiental e atendimento mais amplo das demandas dos cidadãos.

Dir. Dir. Leg. Legis. Ativa-20-Abr-2017-15:27-000000001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE


Dirleg	Fl.
--------	-----

Assim, do ponto de vista de análise desta Comissão, não ha qualquer óbice a aprovação do projeto, sendo ele, na verdade, de suma importância para melhor aproveitamento do ambiente urbano municipal.

CONCLUSÃO

Diante disso, concluo este parecer pela aprovação do projeto de lei nº157/2017.

Belo Horizonte, 27 de Abril de 2017



Vereador Osvaldo Lopes